



REQUERIMENTO Nº 4, DE 2013-CCT

Requeiro nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debates sobre a “DESTINAÇÃO E LICITAÇÃO DA FAIXA DE 700 MHz”, com convite às autoridades e entidades abaixo relacionadas, sem prejuízo da adição de outras porventura indicadas posteriormente.

- Sr. João Batista de Rezende – Presidente da AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL

- Sr. Nelson Breve – Diretor Presidente da EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC

- Sr. General de Divisão Antonino dos Santos Guerra Neto – Comandante do CENTRO DE COMUNICAÇÃO E GUERRA ELETRÔNICA DO EXÉRCITO – CCOMGEX

- Sr. Daniel Slaviero – Presidente da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO – ABERT

- Sr. Antonio Carlos Valente – Presidente da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES – TELEBRASIL

- Sr. Adilson Pontes Malta – Presidente da SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENGENHARIA DE TELEVISÃO – SET

JUSTIFICAÇÃO

A discussão em torno de uma nova destinação da faixa de 700 MHz, atualmente em uso pelas TVs abertas, possui contornos amplos e complexos, que envolvem desde interesses econômicos e estratégicos, a dúvidas de natureza técnica.



Algumas abordagens pertinentes, mas por vezes antagônicas, devem ser consideradas e vêm sendo ventiladas por todos os lados que se interessam pela destinação da faixa de 700 MHz, que será liberada com o fim do processo de digitalização da TV aberta no país.

Dentre elas temos:

- O Brasil hoje opera a tecnologia de 4G apenas na faixa de 2,5 GHz, enquanto que vários países do mundo utilizam a faixa de 700 MHz, considerada por muitos como a melhor frequência para a implantação do LTE, e que permitiria o roaming por usuários internacionais de países que a utilizem;
- As Televisões públicas participam da discussão em busca de garantir o seu espaço e lançam argumentos técnicos e legais, pois temem que possam ficar desalojadas na distribuição do espectro, restando apenas espaço em faixas ainda não testadas;
- O Exército e outros representantes das forças de segurança pública candidataram-se à utilização de uma fatia desse espectro para aplicações em segurança;
- Por fim, mas não menos importante, o setor de radiodifusão, que é o atual usuário dessa faixa de frequência, não poderá sofrer prejuízos, isso por uma posição oficial do próprio governo quando do estabelecimento das diretrizes estratégicas para a discussão.

Restam também dúvidas de natureza técnica para a destinação da faixa de 700 MHz, e sobre eventuais interferências da telefonia móvel se vier a ocupá-la. A queixa foi apresentada pelos representantes da radiodifusão, com a apresentação de estudos e pareceres, e atualmente a ANATEL e outros participantes dos debates realizam novas análises, ainda em curso.

Mostra-se assim um cenário complexo, com muitas discussões ainda pendentes das necessárias definições, e qualquer que seja a decisão sobre



a destinação da faixa de 700 MHz, todas as dúvidas e questões devem ser saneadas, para que haja um processo transparente e que não traga prejuízos.

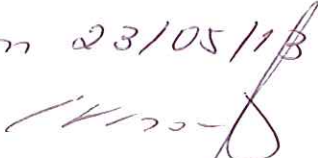
Não podemos esquecer que também devem ser observadas as contrapartidas a serem estabelecidas durante um eventual processo licitatório.

Há uma grande expectativa que todo esse processo produza alguns benefícios adicionais, e o mecanismo de exigência de contrapartidas aos adquirentes das faixas licitadas é interessante. Recentemente houve anúncios pelo Ministério das Comunicações e pela ANATEL de que haveria a exigência de antecipação das metas do 3G e para cobertura em rodovias.

Deve-se depositar uma especial atenção sobre a possibilidade de cobertura em rodovias, já que em um momento no qual todo o cenário da infraestrutura nacional está sendo reavaliado, com várias ações concomitantes, não podemos esquecer que a infraestrutura de telecomunicações para a logística integrada, por exemplo, é um fator de destaque e que pode ser de grande valia para ganhos produtivos ao Brasil.

Temos grandes expectativas sobre a qualidade e utilidade deste debate, e por isso mesmo é que propomos o presente requerimento, o que nos leva a contar com o apoio dos meus pares na CCT, na expectativa da sua aprovação.

Sala da Comissão, em 23/05/13


Senador LOBÃO FILHO
